

**DECLARAÇÃO DE VOTO CONTRÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº  
712 / 2024 QUE *DISPÕE SOBRE A LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O  
EXERCÍCIO DE 2025.***

O projeto de Lei Nº 712 / 2024, enviado pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, orça a Receita e fixa a Despesa da Administração Direta e Indireta do Estado de São Paulo para o ano de 2025, num montante de R\$ 372.454.834.120,00 (trezentos e setenta e dois bilhões, quatrocentos e cinquenta e quatro milhões, oitocentos e trinta e quatro mil e cento e vinte reais).

O projeto de Lei chegou nesta casa em 30 de setembro e recebeu emendas até 31 de outubro.

No dia 4 de novembro, o presidente da ALESP distribuiu o projeto para a Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento.

E no dia 5 de novembro foi nomeado como relator o Deputado Alex Madureira

Em pauta pelo período regimental, o projeto recebeu 29.221 emendas.

Esta foi a segunda maior quantidade de emendas desde o projeto do orçamento para 2011.

Frente a proposta orçamentária de 2024 **projeto de Lei Nº 1449 / 2023**, houve uma queda de 0,6% ou foram apresentadas 177 emendas a menos que o ano anterior.

O relator Alex Madureira , só fez remanejamento e não ampliou recursos.

O Poder Executivo paulista enviou à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) em 30/09/2024 o Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2025 (PLOA 2025). Na proposta, o governo estima uma arrecadação de receitas de R\$ 372,5 bilhões para o ano de 2025, valor 13,5% acima dos R\$ 328,1 bilhões orçados para o ano de 2024, em termos nominais. As despesas são igualmente fixadas em R\$ 372,5 bilhões. Considerando uma inflação registrada pelo IPCA nos últimos doze meses de 4,23%, o orçamento de 2025 apresenta um crescimento real de 8,9%.

As receitas correntes previstas para 2025 mostram um aumento de 14,40% em relação a 2024, impulsionadas principalmente pela elevação significativa dos **impostos, taxas e contribuições** (16,87%), acima da média de crescimento geral. As Transferências Correntes também aumentam em 18,15%.

Por outro lado, há uma redução nas receitas de **contribuições** (-2,63%), **industrial** (-1,00%) e **de serviços** (-8,61%), mas com pouco impacto no total da receita, em função de serem menos expressivas.

Um ponto crítico é a queda de 21,58% nas **receitas de capital**, de cerca de R\$ 6,5 bilhões a menos, indicando um possível desaquecimento na capacidade de geração de receita a partir da venda de ativos estatais. Os valores de 2024 estavam impulsionados pela venda da Sabesp, e não mais se vislumbra tamanho ingresso em 2025. Na **alienação de bens**, por exemplo, há uma queda drástica de 45,07%. As outras receitas de capital também apresentaram queda significativa de quase R\$ 3,2 bilhões.

Por outro lado, há ainda nas receitas de capital a elevação de 78,56% nas **operações de crédito**, o que indica uma aposta do governo na maior dependência de endividamento para a composição das receitas em 2025. Esse endividamento ocorrerá, sobretudo, a partir de operações de crédito no mercado interno (com Caixa, BNDES, etc), para as quais ocorre um acréscimo de 184%, com expectativa de arrecadar quase R\$ 6,6 bilhões em 2025, ante aos R\$ R\$ 2,3 bilhões em 2024. Quanto às operações de crédito externas, há expectativa de menor arrecadação, de R\$ 2,3 bilhões em 2025, quando em 2024 foi de R\$ 2,6 bilhões.

Entre os impostos, há um crescimento de R\$ 37 bilhões de ICMS (17,6%); de 3,1 bilhões no IPVA (11,3%) e R\$ 266 milhões de ITCMD (6%).

As alienações de bens caíram 7 bilhões ou 45%. Para 2025, o governo prevê alienação de títulos, valores mobiliários em R\$ 7 bilhões e mais R\$ 2 bilhões de venda de imóveis.

A proposta de orçamento de 2025 aponta que a renúncia de receita com ICMS, ITCMD e IPVA para 2025 chega a quase R\$ 76,5 bilhões. Entre 2008 a 2027, o valor da renúncia de receita do ICMS chegou a R\$ 712 bilhões.

Quanto custou esta política de desoneração fiscal para as áreas de Educação, e saúde e para as universidades, que estão dentro dos 30% para a educação. A educação em 15 anos (2008 a 2027) perdeu ou irá perder R\$

213 bilhões e as universidades R\$ 68 bilhões, além da saúde que perdeu R\$ 85,5 bilhões. Para termos uma ideia o orçamento da secretaria de Educação em 2025 é de R\$ 32,8 bilhões e os recursos do tesouro para as três universidades paulista é de R\$ 13,1 bilhões. Dessa forma, podemos afirmar que em quinze anos de renúncia de receita realizada foi perdido muito mais que um orçamento na secretaria de educação e com as universidades.

Na saúde as desonerações representam R\$ 85,5 bilhões a menos em 15 anos, e isto representa um orçamento de R\$ 36,2 bilhões para o ano de 2025.

Se tomarmos o período 2008 a 2027 a desoneração do ICMS chegará a R\$ 712 bilhões, e os municípios paulistas perderam R\$ 178 bilhões.

Para 2025, a renúncia de receita de ICMS é R\$ 37,8 bilhões a mais de tudo que se projeta gastar com a educação, de R\$ 29,7 bilhões a mais com a saúde, quase R\$ 41,2 bilhões a mais do que com a Segurança Pública e R\$ 39,2 bilhões a mais que o que será desembolsado com a secretaria de ciência, tecnologia e inovação, que tem as universidades paulistas.

O crescimento nominal das despesas correntes em 2025 é de 9,67%, o que representa um incremento de R\$ 29,8 bilhões. Esse aumento é particularmente significativo nas **outras despesas correntes**, que cresceram 15,11%, mais de R\$ 22,6 bilhões, indicando que há uma expansão substancial nos gastos gerais de manutenção, prestação de serviços e operações administrativas. O aumento de 4,62% em **Pessoal e Encargos Sociais** reflete um crescimento moderado nos gastos com salários e encargos dos servidores estaduais.

Em termos percentuais, há maior crescimento nas despesas de capital para 2025, que aumentam 24%. Há um maior volume de recursos destinados a **investimentos** e **inversões financeiras**, o que sugere um esforço para aumentar a capacidade produtiva e melhorar a infraestrutura do estado.

O aumento na **amortização da dívida** de 7,72% indica que o estado está assumindo um maior compromisso de pagamento de dívidas, possivelmente em virtude de novos empréstimos, que serão grandes responsáveis pelos investimentos esperados. A elevação da **reserva de contingência** em 15,40%

é um sinal de que o governo pretende aumentar sua margem de segurança para lidar com imprevistos.

De forma agregada, chamam a atenção **o corte de recursos nas pastas de Desenvolvimento Econômico (-35%), Agricultura e Abastecimento (-18%), Políticas para a Mulher (-60%), Desenvolvimento Social (-9%) e Transportes Metropolitanos (-32%)**. Trata-se de valores nominais, logo, considerando a inflação, a queda real dos orçamentos destes órgãos é ainda maior.

Com isso, o governo indica possíveis impactos negativos em programas relacionados ao desenvolvimento econômico e qualificação profissional, à produção agrícola e ao abastecimento de alimentos, áreas essenciais para a segurança alimentar do estado; no apoio a políticas públicas voltadas para a proteção e o empoderamento das mulheres; no andamento de projetos de infraestrutura de transporte, incluindo a expansão e manutenção de linhas de transporte público e nos programas de assistência social voltados para a população vulnerável.

Na **Secretaria de Educação há aumento bastante modesto de 2,72%**, muito abaixo da média geral, e que não acompanha o crescimento necessário para melhorar a qualidade do ensino e modernizar a infraestrutura educacional. Pela primeira vez, o orçamento da pasta foi superado pelo da Saúde.

Orçamento da Secretaria de Comunicação passará de R\$ 146,9 milhões em 2024 para R\$ 342 milhões em 2025, aumento de 133%, gastos aumentarão sobretudo com publicidade institucional.

Na contramão, o orçamento da Secretaria de Políticas para a Mulher caiu de R\$ 24,2 milhões em 2024 para pouco menos de R\$ 9,7 milhões em 2025. Ações ligadas à empregabilidade feminina e ao enfrentamento à violência contra a mulher foram contingenciadas em 2024 e parecem não ser prioridade para 2025. Com exceção da ação de apoio administrativo, todas as outras contam apenas com dotações orçamentárias simbólicas de R\$ 10.

### **Secretaria de Desenvolvimento Econômico é desidratada com corte de 35% e programas e ações de qualificação profissional deixam de ser prioridade**

O orçamento da Secretaria de Desenvolvimento Econômico foi reduzido em 35% no PLOA 2025, de R\$ 566,4 milhões para R\$ 368,7 milhões. O programa mais afetado foi o de Qualificação Profissional e Empreendedora, que perdeu mais de R\$ 158 milhões, 62% abaixo do previsto em 2024.

Também a ação de qualificação profissional para grupos populacionais vulneráveis foi reduzida de R\$ 20 milhões para pouco menos de R\$ 5 milhões em 2025.

Até 26 de novembro de 2024, no lamspe, a despesa com recursos do tesouro já havia chegado de R\$ 342 milhões e ados servidores públicos de R\$ 2,32 bilhões. A diferença entre os recursos dos servidores públicos e do Tesouro é de R\$ 1,97 bilhão. Esta política continua e gera cidades e regiões inteiras onde

os servidores não tem atendimento.

- 1-) A proposta do governo Tarcísio de Freitas não apresenta informações sobre para o orçamento 2025. Os parâmetros do governo federal preveem inflação de 3,3% e crescimento da economia (PIB) de 2,64%, Taxa Selic 9,61% e câmbio 5,19%.
- 2-) O governo Tarcísio corta recursos de outros poderes, como a *assembleia legislativa (-168 milhões ou 11,6%)*.
- 3-) Sofreram o corte as pastas do Desenvolvimento Social (R\$ -595 milhões), Esporte e Lazer ( -R\$ 132 milhões) Administração Penitenciária (R\$ 187 milhões), Agricultura (-R\$ 15,6 milhões), Cultura (-R\$ 79,6 milhões), Justiça (-R\$ 84,6 milhões) e turismo (-R\$ 2 milhões).
- 4-) No geral, vendo a perda percentual pela participação, apontamos que a secretaria de segurança ou cultura 0,03% ou R\$ 111 milhões, na educação a queda é de 0,71% ou aproximadamente R\$ 2,6 bilhões, entre outros.

5-) Por outro lado, há **umentos expressivos na Secretaria de Parcerias em Investimentos (+128,35%, R\$ 4,4 bilhões)**, o que sinaliza uma aposta clara nas parcerias público-privadas como modelo de desenvolvimento. O aumento de recursos nesta secretaria explica parte da redução observada na pasta de Transportes Metropolitanos. A **Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação cresce 56,69%, mais de R\$ 1 bilhão**, com ganhos observados na CDHU e fomento habitacional. **A Secretaria de Governo e Relações Institucionais, chefiada por Gilberto Kassab, tem aumento de +571,17%, mais de R\$ 1,8 bilhão**, sobretudo na ampliação da articulação política e institucional com municípios. Há também um aumento substancial na **Secretaria de Comunicação +133,04%**, mais que dobrando seu recurso em 2025,

o que implicará em maior autorização para gastar com publicidade governamental e comunicação institucional.

A **Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística também registra aumento das despesas fixadas (+43,92%, R\$ 3,2 bilhões)**. Isso sinaliza um foco importante na pasta, mas menos em meio ambiente e mais em infraestrutura e logística. No órgão, o Departamento Hidroviário quase triplica seu orçamento (+188%) e o Departamento de Estradas e Rodagens (DER), aumenta seu orçamento em 74%, os grandes responsáveis pelo impulsionamento da pasta. Aumento menos expressivo, mas ainda acima da média geral, é observado na **Secretaria de Saúde, que cresce 19,82% em 2025** (quase R\$ 6 bilhões a mais na pasta).

- - 6-) A queda dos investimentos das empresas do governo do Estado foi de R\$ 335 milhões ou 3,5%, tais como e Agência de fomento (Desenvolve SP) em corte de R\$ 233 milhões ou -13,5% e EMTU em R\$ 15 milhões ou -5,5%.

7-) Por ação apontamos queda de investimento nas seguintes ações das empresas não dependentes. Já para desembolso para financiamento de municípios paulistas em R\$ 299 milhões ou 37%. Corte de provisão de lotes urbanizados de R\$ 49 milhões ou -83%, linha 5- lilás - recapacitação e modernização de R\$ 19,6 milhões ou -35%, linha 2- verde - recapacitação e modernização de R\$ 10 milhões ou -67%,%, linha 3- vermelha - recapacitação e modernização de R\$ 7,4 milhões ou -43%, operação das linhas metroviárias em R\$ 3,2 bilhões ou 97%, linha 2 - VERDE - extensão vila prudente-cidade Tiradentes em R\$ 370 milhões ou 37%, portas de plataforma nas estações das linhas 1, 2 e 3 de R\$ 142 milhões ou -56%, implantação do sistema integrado metropolitano - SIM da Baixada Santista em R\$ 41 milhões ou 20,7%, corredor metropolitano noroeste da região metropolitana de campinas- implantação de R\$ 11,5 milhões ou -92%, Corredor metropolitano Guarulhos-Tucuruvi DA região metropolitana de S.Paulo – implantação em R\$ 20,2 milhões ou 89 e gestão do Poupatempo em R\$ 2,1 milhões ou 10%

- 8-) Os órgãos que terão redução de recursos para investimentos: Transportes Metropolitanos R\$ 4,88 bilhões (-88%), Secretaria de Agricultura +R\$ 147 milhões (-46%), Desenvolvimento Social -R\$ 140 milhões (-99%),Tribunal de Justiça (-R%

48 milhões ou 9%), desenvolvimento econômico -R\$ 17 milhões ou 100%, Ministério Público (R\$ 17 milhões ou 32%), justiça e da defesa da cidadania (-R\$ 15,7 milhões ou -32%), políticas para a mulher (-R\$ 13,8 milhões ou 100%), assembleia legislativa (-R\$ 100 milhões ou 6%), procuradoria geral do Estado (-R\$ 1,3 milhão ou 5%) Cultura -R\$ 15,7 milhões (-27%), e direitos pessoa com deficiência (- R\$ 500 mil ou -7%).

- 9-) Nos investimentos, vemos aumento nas despesas com obras e instalações (+6,5% ou R\$ 608 milhões) e aumento para equipamento e material permanente (+44% ou R\$ 1,26 bilhão). Nas inversões financeiras, repasse para as empresas aumentarem seu capital para realizarem investimentos a o crescimento é de +18% ou (R\$ 1,1 bilhão). Ainda chama atenção o aumento com gastos com PPP, visto que para despesas decorrentes de contrato de PPP (+ R\$ 361 milhões ou 108%) e queda com aporte de recurso pelo parceiro público em favor PPP (-R\$ 4,2 bilhões ou 6%).

10-) Veja os cortes por Unidade Orçamentária: **Educação:** Na Administração superior corte de R\$ 880 milhões ou 18% em para outras despesas corrente e para investimentos em R\$ 31,8 milhões ou 86%, e escola formação aperfeiçoamento profissional do estado de São Paulo Paulo R.C.Souza corte de R\$ 72 milhões (-72%) em outras despesas corrente, coordenadoria monitoramento avaliação educacional em R\$ 71 milhões ou 9% para outras despesas corrente.**Saúde: No fundo estadual de saúde – FUNDES redução em R\$ 347 milhões ou 9%, na FURP para investimentos corte de 50% ou R\$ 1,36 milhões na FURP, corte no custeio (-70 mil) e investimentos (R\$ 180 mil) na fundação Oncocentro,** redução dos investimentos hospital clinicas de Ribeirão Preto (-R\$ 37 milhões ou 94%), redução do gasto com pessoal hospital clinicas da USP em R\$ 11 milhões, redução dos investimentos hospital clinicas da Faculdade de medicina de Botucatu (-R\$ 10 milhões ou 94%) e no custeio (-R\$ 11,8 milhões ou 6%).**Desenvolvimento econômico:** Fundo trabalho do estado de São Paulo-FUNTESP com redução de R\$ 4 milhões ou 81%**Na agricultura,** corte na administração superior nos investimentos em R\$ 143 milhões ou 45% e outras despesas correntes em R\$ 44 milhões ou 22%. No ITESP , corte no investimentos de R\$ 3,5 milhões ou 85% e outras despesas correntes em R\$ 11,9 milhões ou 24%.**Meio Ambiente:** redução na coordenadoria de defesa e saúde animal em R\$

5,4 milhões ou 54% para investimentos e R\$ 3,2 milhões ou 33% para custeio. Na agência de águas corte de R\$ 53 milhões ou 4% para investimentos e no DER corte de R\$ 18 milhões ou 7% para pessoal. **Desenvolvimento Habitação e desenvolvimento urbano:** Redução dos recursos na Agência metropolitana de de campinas no custeio em R\$ 7 milhões ou -88%, agencia metropolitana vale do paraíba e litoral norte-AGEMVALE em R\$ 10 milhões ou -55% no custeio.

**Desenvolvimento Social:** queda de R\$ 136 milhões ou 100% para investimentos na administração superior da secretaria e fundo estadual de assistência social-FEAS em R\$ 1,3 milhões ou 60% para investimentos. E R\$ 19,2 milhões ou 4% para custeio na coord. de segurança alimentar e nutricional. **Transportes Metropolitanos:** Redução de R\$ 237 milhões ou -25% no investimento da administração da secretaria. Na estrada de ferro Campos do Jordão corte de R\$ 3,5 milhões ou 34% no custeio e de R\$ 1,17 milhões ou 12%. Na CPTM, corte de R\$ 38 milhões ou 5% para investimentos e R\$ 107 milhões ou 6% para custeio. **Turismo:** redução de R\$ 36,1 milhões ou 61,9% na coordenadoria de turismo. **Na segurança pública,** redução de R\$ 30 milhões ou 3% para polícia civil, superintendência polícia técnico-científica no custeio em R\$ 5,1 milhões ou 5% e para pessoal em R\$ 5 milhões ou 1%. Já na administração superior da secretaria corte de R\$ 54 milhões ou 45% para investimentos e R\$ 30 milhões ou 3% para custeio. **Cultura:** Corte nos investimentos de R\$ 14 milhões ou 26% na unidade orçamentária secretaria de cultura, investimentos no Memorial da América Latina em R\$ 1,24 milhões ou 100%, e custeio na fundação padre Anchieta em R\$ 2,1 milhões ou 2%. Na secretaria de políticas para mulher corte de 100% ou R\$ 13,2 milhões para investimentos e outras despesas correntes em R\$ 2 milhões ou 33%. **Justiça:** Redução dos recursos da administração da secretaria em R\$ 15 milhões ou 72% para investimentos e R\$ 13,8 milhões para custeio. Na fundação Casa corte de R\$ 5,3 milhões ou 1% para custeio e de 13% ou 21% no IMESC. Na secretaria de **parcerias,** corte para ARTESP em R\$ 28 milhões ou 9% no custeio e para agência regulação serviços públicos do estado de SP em R\$ 32 milhões ou 30%. Na pasta de **direitos pessoa com deficiência,** corte de R\$ 500 mil para investimentos e R\$ 4 milhões no custeio. Na secretaria de **ciência, tecnologia e inovação,** redução de R\$ 50 milhões ou 36% para investimentos no centro Paula Souza. No IPT corte de R\$ 15 milhões ou 100% para investimentos e R\$ 2,4 milhões ou 3% para o custeio.



Na faculdade de medicina de São Jose do Rio Preto no custeio de R\$ 1,8 milhões ou 19% e R\$ 3,1 milhões ou 100% para investimentos. Na **gestão e governo digital**, corte de R\$ 51,6 milhões ou 2% para custeio do IAMSPE e R\$ 94 milhões ou 11% para o do DETRAN.

- 10-) Sem previsão de reajuste salarial e só cobrem o crescimento vegetativo da folha, as despesas com o pagamento de salários do funcionalismo público civil, em 2024, cresceram 2,4% ou R\$ 1,46 bilhão em relação ao orçamento deste ano, enquanto as despesas com os funcionários militares terão um aumento de 3% ou R\$ 264 milhões.

**11-) Tarcísio mais que dobra orçamento da Secretaria de Comunicação, ao passo em que corta em 60% os gastos previstos com políticas para mulheres em 2025.**

Orçamento da Secretaria de Comunicação passará de R\$ 146,9 milhões em 2024 para R\$ 342 milhões em 2025, aumento de 133%, gastos aumentarão sobretudo com publicidade institucional.

12-) O orçamento da Secretaria de Políticas para a Mulher caiu de R\$ 24,2 milhões em 2024 para pouco menos de R\$ 9,7 milhões em 2025. Ações ligadas à empregabilidade feminina e ao enfrentamento à violência contra a mulher foram contingenciadas em 2024 e parecem não ser prioridade para 2025. Com exceção da ação de apoio administrativo, todas as outras contam apenas com dotações orçamentárias simbólicas de R\$ 10.

**13-) Secretaria de Desenvolvimento Econômico é desidratada com corte de 35% e programas e ações de qualificação profissional deixam de ser prioridade**

O orçamento da Secretaria de Desenvolvimento Econômico foi reduzido em 35% no PLOA 2025, de R\$ 566,4 milhões para R\$ 368,7 milhões. O programa mais afetado foi o de Qualificação Profissional e Empreendedora, que perdeu mais de R\$ 158 milhões, 62% abaixo do previsto em 2024.

Também a ação de qualificação profissional para grupos populacionais vulneráveis foi reduzida de R\$ 20 milhões para pouco menos de R\$ 5 milhões em 2025.

**14-) Na Habitação, CDHU é turbinada com quase o dobro de orçamento, assim como as ações do fundo de habitação de interesse social, mas Desenvolvimento Urbano integrado fica negligenciado**

O orçamento da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação vai aumentar em 57% em 2025, de pouco menos de R\$ 1,9 bilhão para R\$ 2,9 bilhões. O aumento ocorrerá sobretudo nos aportes do governo na CDHU, que

quase dobrarão de valor. Também crescem as despesas fixadas com ações do FPHIS, para a concessão de subsídios em operações de financiamento habitacional, participação em programas federais e municipais de produção e fomento habitacional, viabilização de produção habitacional, realização de melhorias em habitações construídas, fomento a produção de lotes urbanizados, incentivo à participação da iniciativa privada na produção habitacional e apoio à recuperação de imóveis em áreas centrais.

Os recursos para o programa de Desenvolvimento Urbano Integrado, contudo, sofrem queda de 37% e são prejudicados os projetos ligados à Agência Metropolitana de Campinas, a do Vale do Paraíba e outros projetos de desenvolvimento urbano integrados.

15-) Educação: Embora o orçamento total da Secretaria apresente crescimento de 2,7% (+R\$ 868 milhões), há queda de 7% nos recursos para a **gestão do atendimento especializado (educação especial)**, que cai R\$ 37 milhões. Aumento de R\$ 6,5 bilhões na **educação integral**, ao mesmo tempo em que há redução de valor similar nas ações específicas de ensino fundamental e médio. Queda de 13% (-R\$ 246,9 milhões) na **operação da rede de ensino básico**. Aumento de mais de 1000% para a **construção de creches** (de R\$ 8 milhões para R\$ 107,8 milhões). **Foram incluídas duas novas ações para privatização na educação paulista:**

- Ampliação, adequação e gestão, não pedagógica, de escolas, via PPP com recursos de R\$ 999,5 mil
- Construção novas escolas, via PPP, gestão/operação demandas não pedagógicas com R\$ 4 milhões

16-) Saúde: Aumento de quase 20% no orçamento da Secretaria (R\$ 6 bilhões). Recursos serão canalizados sobretudo para o **atendimento ambulatorial e hospitalar em unidades contratadas/conveniadas** (+154%). Aumenta, ainda, recursos para as **unidades gerenciadas por OSs** (+17%). Enquanto isso, o **atendimento ambulatorial na rede própria decresce R\$ 600 milhões**. Diminuição de mais de 50% dos recursos para as **subvenções de Santas Casas e outras entidades filantrópicas**. Previsão da **construção de dois novos hospitais**: Birigui (R\$ 60 milhões) e Complexo Hospitalar Sul (R\$ 40 milhões). Aumento dos recursos para programa de **Tecnologia da Informação em Saúde Digital**, com previsão de R\$ 54 milhões para atendimentos remotos. Queda de quase 5% nos recursos direcionados à **saúde da população prisional** (reduz R\$ 12 milhões).

17-) O orçamento da Secretaria de Desenvolvimento Social foi fixado pelo governo em R\$ 1 bilhão para 2025, valor 9% abaixo do total de 2024. Parte do decréscimo se explica pelo fato de ainda não haver, em 2025, o total destinado por meio de emendas parlamentares da Secretaria (R\$ 98,5 milhões em 2024), o que só ocorre ao final da tramitação legislativa do PLOA na Alesp. Contudo, outra parte da redução é explicada por cortes no programa Viva Leite, que sofrerá corte de 18% (-R\$ 60 milhões) e no cofinanciamento da proteção social básica para os municípios, reduzida em 25%, de R\$ 111,7 milhões em 2024 para R\$ 83,7 milhões em 2025

**18-) Programas e ações ligados à estratégia de mitigação dos efeitos das mudanças climáticas ainda são tímidos: orçamento para enchentes, proteção de mananciais e prevenção e combate aos incêndios florestais é reduzido**

O programa de governo de Segurança Hídrica receberá uma dotação 14% maior em 2025, no total de R\$ 2,1 bilhões. Contudo, o aumento do recurso está concentrado sobretudo em duas ações de grandes obras: a implantação do sistema de barragens Duas Pontes e Pedreira, com dotação de mais de R\$ 910 milhões e a revitalização dos Rios Tietê e Pinheiros, cuja dotação será de R\$ 485 milhões. A ação de infraestrutura para a segurança hídrica e proteção de mananciais foi reduzida drasticamente, em quase 64%, assim como a implantação de sistemas de drenagem e combate às enchentes, onde houve corte de 15%, o que significa R\$ 55 milhões a menos para esta finalidade.

19-) Além disso, o PLOA 2025 reduz a já ínfima dotação destinada à **Operação São Paulo Sem Fogo**, responsável pela prevenção e combate aos incêndios florestais. Em 2024, o orçamento destinado foi de R\$ 3,3 milhões, em 2025, será de R\$ 2,97 milhões, o que representa menos de 0,03% do total do orçamento da Secretaria de Meio Ambiente, de R\$ 10,6 bilhões, denotando a falta de prioridade deste tema para o governo, apesar dos registros recordes de incêndios no Estado.

20-) Na **Defesa Civil**, há um grande crescimento observado, de 239% do total da dotação do programa, o que ocorre pelo fato de o programa ter recebido orçamento inicial de apenas R\$ 16 milhões em 2024. Haverá aporte de recursos em 2025 para o suporte à realização de obras e para o aparelhamento de municípios. Por outro lado, o governo reduz os recursos de ações ligadas à preparação para o desastre e à percepção de risco, monitoramento e prevenção, que já contavam com poucos recursos.

21) **Segurança Pública**: Aumento expressivo no programa de integração da segurança pública (+R\$ 555 milhões, totalizando R\$ 1,4 bilhão em 2025), sobretudo para o Muralha Paulista (R\$ 523 milhões) e a integração para Combate ao Crime Organizado (R\$ 666 milhões);

Há queda de recursos para a construção e readequação de instalações físicas da Polícia Científica (-R\$ 6,7 milhões) e para perícias criminais (-R\$ 12,5 milhões), mas há expressivo aumento para a seleção e formação de policiais civis (+531 milhões).

Aumentam os gastos destinados à construção e formas de quartéis da PM em 557% - serão R\$ 76 milhões para essa finalidade em 2025.

22) **Cultura**: orçamento da pasta crescerá apenas 2% (29,7 milhões) em 2025. Corte de R\$ 6 milhões no **Oficinas Culturais** (17%), que agora foi reformulado e ofertará cursos de formação para a cadeia produtiva da cena cultural, com orçamento de R\$ 30 milhões em 2025. Aumento de apenas 1% (R\$ 2,7 milhões) nos recursos para a **TV**

**Cultura.** Redução de R\$ 10 milhões nas **atividades realizadas nos teatros e programas de circulação cultural**. Aumento de quase R\$ 13,8 milhões nos recursos do **PROAC**. Criação de ação **projeto guri nas escolas estaduais**, no valor de R\$ 4,5 milhões. Corte de R\$ 6,7 milhões nas fábricas de cultura e extinção da ação que previa a instalação de novas fábricas

23-) Agricultura: Agricultura terá redução de 18% em 2025, orçamento em 2024 foi de R\$ 1,1 bilhão, em 2025, será de R\$ 914 milhões. Redução significativa nos recursos para **concessão de crédito rural** (-31%, R\$ 38,7 milhões); e **subvenções aos produtores rurais** (-43%, R\$ 57,8 milhões). São fortemente reduzidas dotações de **fomento à estrutura de entrepostos e mercados, ações integradas de educação alimentar; consolidação de sistemas agroalimentares; abastecimento de mudas e sementes e apoio à extensão rural**. Diminuição de R\$ 14 milhões na dotação de apoio à **regularização fundiária (feita pelo Itesp)**, possivelmente pela já expandida atuação do programa em anos anteriores. Até mesmo a ação de **rotas rurais** é diminuída, de R\$ 11,3 para apenas R\$ 3,6 milhões, 69%.

24-) Na área de **transportes**, há a redução de recursos para **implantação e operação de postos de pesagem** em R\$ 52 milhões ou 43,74%, bem como na ação de **monitoramento de rodovias estaduais** em R\$ 8,68 milhões. Há crescimento dos recursos para **estradas municipais** em R\$ 106,7 milhões ou 23% e para a **implantação e pavimentação de rodovias estaduais** em R\$ 1,62 bilhão ou 461%.

25-) Cães e gatos: A ação orçamentária para **implementação da política estadual de manejo ético de cães e gatos** teve corte de R\$ 4,5 milhões ou 46%, já a de **apoio a estabelecimentos veterinários atendimentos para cães e gatos** teve redução de R\$ 5,4 milhões ou 54%.

26-) Governo: Entre os órgãos, o maior crescimento foi na secretaria de governo em 577% ou R\$ 1,87 bilhão. A ação orçamentária com maior crescimento foi para **articulação municipal (convênio com municípios para obras)** em R\$ 1,16 bilhão ou 3.233%. Já para **projetos de escritórios regionais integrados** houve incremento de R\$ 288,6 milhões. A ação orçamentária de projetos do **FUMEFI (Fundo Metropolitano de Financiamento e Investimento) tinha previsto em 2024 a quantia de R\$ 59 milhões e para 2025, o valor previsto é de apenas R\$ 5 milhões**, ou seja, uma redução de R\$ 54 milhões ou 91,5%. A ação gerenciamento da subsecretaria de convênios com municípios teve queda de R\$ 5,6 milhões ou 8%.

27-) Transporte Metropolitano: Há redução de 31% no orçamento da pasta, sobretudo pela saída dos gastos do Metrô, que voltou a ser uma empresa não-dependente. Há redução de pouco mais de R\$ 205 mil no orçamento da CPTM; no entanto, crescerão os aportes do Tesouro na empresa, em 38%. Há queda nos recursos para a ação de modernização material rodante sistema metropolitano em R\$ 241 milhões (28%); para a recapitação dos sistemas das linhas em R\$ 89 milhões (41%); e na operação da CPTM em R\$ 121 milhões. No Metrô, destacam-se os seguintes cortes:

Linha 2 Verde, R\$ -370 milhões; Portas de plataforma nas estações das linhas 1, 2 e 3, R\$ -142 milhões.

O investimento nesta pasta é brutalmente reduzido, em função do movimento de concessões das linhas de transportes à iniciativa privada.

28-) **Iamspe segue subfinanciado pelo Tesouro:** Orçamento do Iamspe deve reduzir 0,8% em 2025. Os recursos das contribuições de servidores públicos, que sustentam o Instituto, cairão R\$ 192 milhões. Por isso, os aportes do Tesouro crescem, mas de forma insuficiente.

29-) A margem de remanejamento passa de R\$ 193,7 bilhões ou 52% e aponta para a existência de um orçamento fictício

Desta forma, o receituário do governo atual deve continuar como redução de secretarias e enxugamento de órgãos, baixos salários, redução anual de 11 bilhões educação, de não aplicar o mesmo valor que os servidores públicos aplicam no governo, de cortes generalizados nas ações orçamentárias para a área social e ampliação privatizações e dos recursos em caixa. A margem de remanejamento passa de R\$ 193 bilhões e aponta para a existência de um orçamento fictício. Outro absurdo é que a margem do governador é de 52%, enquanto por recomendação do Tribunal de Contas deve ser igual a previsão de inflação.

Por isso, votamos contrários a proposta orçamentária para 2025.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO Paulo Fiorilo

Líder da Bancada do PT